



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1504039-58.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**
 Exeqüente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**
 Executado: **Leonardo de Souza e Silva Lucifora**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Fls. 07/19: Trata-se de Exceção de Pré executividade, na qual o excipiente alega que não pode responder pelo IPTU, relativo a período anterior à data da arrematação do bem.

O Município manifestou-se a fls. 75/76, informando que procedeu ao levantamento de guia expedida pela 3ª Vara Cível local, procedendo à baixa dos tributos pendentes sobre o imóvel arrematado, requerendo a extinção do feito.

Não obstante a baixa dos tributos, o excipiente teve que contratar advogado, para se defender, tendo em vista que estava sendo cobrado por dívida que não era de sua responsabilidade, devendo a excepta arcar com os honorários advindos do incidente, em razão do princípio da causalidade.

A doutrina e a jurisprudência são firmes no sentido de que a aquisição em hasta pública é originária, não subsistindo, portanto, qualquer relação entre o arrematante e o antigo proprietário, assim como todos os débitos tributários remanescentes do imóvel, nos termos do que dispõe o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

Exemplo disso é a decisão preferida no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 27.486/RS (2ª Turma, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, v.u., j. 07.08.2012), da qual se extrai:

PROCESUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE
 SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. ARREMATACÃO EM HASTA PÚBLICA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

IMPOSIBILIDADE DE SE IMPOR RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA AO ARREMATANTE EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR À ARREMATACÃO.

1. Em se tratando de arrematação em hasta pública, os créditos tributários relativos a tributos incidentes sobre bens imóveis subrogam-se no respectivo preço (art. 130 do CTN), afastada a responsabilidade do arrematante pelos débitos tributários referentes ao período anterior à arematção. Nese sentido: REsp 909.254/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbel Marques, DJe de 21.1.208; REsp 954.176/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 23.6.209; AgRg no Ag 1.137.529/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 2.2.2010. 2. Desse modo, inexistente direito líquido e certo do Município-impetrante em obstar a transferência do imóvel ao arrematante, sob o argumento de que não houve comprovação da quitação dos débitos tributários referentes ao período anterior à arrematação.

3. Recurso ordinário não provido .(RMS 27486 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbel Marques, DJe de 14.08.2012).

Neste mesmo sentido o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça:

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. Créditos de IPTU anteriores à arrematação. Dívidas tributárias que se subrogam no preço do imóvel arrematado. Disposição do art. 130, parágrafo único, do CTN. Hipótese em que o arrematante não responde por obrigações geradas anteriormente à arrematação. Precedentes do STJ. Recursos oficial e voluntário improvidos. (002765-71.201.8.26.023, Guarujá, 15ª Câmara de Direito Público, Rel.Des. Erbeta Filho, j. Em 20.06.2013).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no artigo 924, III do CPC.

Condeno a excepta a arcar com os honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 300,00 (trezentos reais).

P I

São Carlos, 01 de junho de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**